Ara Wa R'ómi Wà: aspectos da racionalidade ambiental presentes no Candomblé a partir do culto aos Orixás

RHUANN CARLO VIERO TAQUES*

Resumo: O objetivo deste manuscrito foi destacar aspectos das práticas litúrgicas do Candomblé, em especial a partir do culto aos Orixás, de onde emergem princípios, ações e valores que podem ser considerados como elementos de uma racionalidade ambiental. A metodologia utilizada foi a de um ensaio teórico. Os resultados destacam que por seu sentido de sacralidade associado à natureza, o Candomblé é capaz de superar uma lógica antropocêntrica a partir da sensibilização ecológica de seus praticantes, resgatando aspectos morais e éticos das sociedades tradicionais africanas que não consideravam dissociada a relação do ser humano com a natureza, antropomorfizada nos Orixás. Conclui-se que, por este motivo, o Candomblé é provido de uma racionalidade ambiental que se apoia na inter-relação dos humanos, divindades e fenômenos naturais, demonstrando uma base ontológica, epistemológica e cultural divergente daquela que constitui a racionalidade cartesiana e capitalista das sociedades ocidentais.

Palavras-chave: cultura; natureza; religião; afro-brasileira; ecologia.

Ara Wa R'ómi Wà: aspects of environmental rationality present in the cult of Orixás of Candomblé

Abstract: The objective of this manuscript was to highlight aspects of the liturgical practices of Candomblé, especially from the cult of the Orixás, from which principles, actions and values emerge that can be considered as elements of an environmental rationality. The methodology used was a theoretical essay. The results highlight that, due to its sense of sacredness associated with nature, Candomblé is able to overcome an anthropocentric logic from the ecological awareness of its practitioners, rescuing moral and ethical aspects of traditional African societies that did not consider the dissociation of the relationship of human beings with nature. It is concluded that, for this reason, Candomblé is provided with an environmental rationality that is supported by the interrelation of humans, divinities and natural phenomena, demonstrating an ontological, epistemological and cultural basis that is different from that which constitutes the Cartesian and capitalist rationality of western societies.

Key words: culture; nature; religion; afro-brazilian; ecology.

* **RHUANN CARLO VIERO TAQUES** é Pesquisador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Membro do Comitê Gestor de Educação Ambiental e do Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia da mesma Universidade. Graduado em Ciências Biológicas pela Unicentro.

Foto: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Diálogos iniciais

Historicamente o paradigma moderno produziu raciocínios, valores, normas e práticas sociais que induziram um processo global de degradação socioambiental a partir da dilapidação das bases da sustentabilidade ambiental e da diversidade e equidade social (BASTOS; SILVA, 2021). Em fato, a crise socioambiental contemporânea se apresenta como uma manifestação do regime civilizatório hegemônico, dominante e antropocêntrico das sociedades ocidentais que deixou de perceber a natureza como referência para simbolização, significação e suporte de práticas socioculturais para se transformar na fonte de matérias-primas que alimenta a acumulação de capital em escala mundial (DIEGUES, 2019; SILVA; ARAÚJO; SILVA, 2019).

Contudo, o impacto sistêmico de descredito ao paradigma capitalista e a necessidade de superar a ética antropocêntrica vêm apontando para o desenvolvimento de outra maneira de

perceber o ambiente sem que se crie oposição entre o simbólico e o “material” representado pela natureza (DIEGUES, 2019). De acordo com Henrique Leff (2006, 2007, 2011, 2019) e outros autores como Felício (2013), Lima (2012), Nabaes e Pereira (2016) e Walter et al. (2018) uma racionalidade que coloca o ambiente no centro das esferas sociais, políticas e culturais da vida humana, em outras palavras, uma racionalidade ambiental, vem se opondo à racionalidade que sustenta o modo capitalista de organização societária.

Qualquer definição de racionalidade seria uma simplificação que incorre no risco do reducionismo de seu significado. Mesmo consciente disto, é importante destacar que Leff (2011, p. 39) aponta racionalidade como um sistema de regras e pensamentos que “se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações e conferindo um sentido de organização da sociedade em seu conjunto”. Neste contexto, uma racionalidade ambiental

se manifestaria como uma categoria que aborda as conexões entre o social e natural na medida em que considera as relações entre sujeitos, instituições, organizações, práticas e movimentos culturais e religiosos que perpassam o campo do conflito ambiental e afetam a forma de percepção, acesso e usufruto da natureza pelo ser humano (FELÍCIO, 2013; LEFF, 2007; LIMA, 2012; NABAES; PEREIRA, 2016; WALTER et al., 2018).

Precisamente na esfera de movimentos culturais e religiosos, os discursos empregados para discutir a racionalidade ambiental muito parecem confluir com princípios, práticas e valores intrínsecos a comunidades de religiões afro-brasileiras, em especial as do Candomblé. Isto, porque, esta religião é considerada como promissora na (re) construção e (re) significação de uma inteligibilidade capaz de estabelecer uma relação mais harmônica, justa e sustentável entre a humanidade e a natureza (ALVES-MARQUES, 2017; BERKENBROCK, 2017; BOAES; OLIVEIRA, 2011; CAPUTO; SANT'ANNA, 2020; SILVA, 2009).

Esta atribuição emerge da importância relevante que a natureza assume dentro de suas práticas litúrgicas, em especial no culto aos Orixás, marcado pela percepção da natureza como parte integrante do universo, dos rituais e da própria identidade das divindades, o que gera um sentimento de respeito, dependência, integração, e ao mesmo tempo, de submissão para com ela (PARIZI, 2020). Diante disto, o Candomblé expressa uma dimensão ambiental que é implícita em sua lógica espiritual, resultante de um conjunto de normas, significados, interesses, valores e práticas sociais e litúrgicas que não se

dão fora das leis da natureza (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009).

Diante deste cenário, o presente manuscrito busca, por meio de um ensaio teórico, destacar aspectos das práticas litúrgicas do Candomblé, em especial a partir do culto aos Orixás, de onde emergem princípios, ações e valores que podem ser considerados como elementos de uma racionalidade ambiental. Sabe-se que escrever acerca desta temática é como entrar em uma seara infinitamente ampla e com muitas possibilidades de delimitações. Portanto, é imprescindível apontar que este artigo irá se restringir em discutir a racionalidade ambiental do Candomblé diante de sua capacidade de forcejar uma sensibilização ecológica nos sujeitos a partir do resgate da indissociável relação dos seres humanos para com a natureza.

Observações sobre a racionalidade ambiental

O caráter expansivo e acumulativo *contra natura* do capitalismo fundamentou-se sobre o dualismo radical e cartesiano que emerge da disjunção entre “corpo, ser humano, sujeito” (*ego cogitans*) e “alma, natureza, objeto” (*res extensa*), de modo com que os últimos foram historicamente condicionados como objetos de investigação e dominação dos primeiros (MARÉS, 2017). Esta atomização substancial e ontológica do ser humano e da natureza tornou os sujeitos hábeis a subjugar o ambiente com base na força política da lógica do mercado e de um processo de racionalização fundado no controle e aproveitamento do mundo natural apenas como recurso de produção (MORIN, 2015).

Ao contrário desta perspectiva moderna e capitalista que coisifica e deprecia a

natureza em termos de um cálculo de capital guiado pelas forças do mercado, a racionalidade ambiental surge para recuperar o sentido de integração do ser humano para com a natureza a partir da valorização de outros princípios de concepção da realidade que sejam capazes de mobilizar recursos humanos, naturais, culturais e gnosiológicos (WALTER et al., 2018).

Como racionalidade fundada no ambiente, a racionalidade ambiental, concretizada por um saber ambiental, na atualidade, apresenta-se como via alternativa aos efeitos socioambientais nefastos, ocasionados pela racionalidade economicista, reducionista, uniformizante do saber, das culturas, do mundo. Além disso, provoca, na orientação que pode efetivar no agir humano com o mundo, incorporando os limites dos potenciais ecológicos na condução das esferas socioculturais e insere dentre os valores humanos outros imperativos éticos (MALTA; PEREIRA, 2018, p. 06).

Diante disso, a racionalidade ambiental busca enfrentar a racionalidade moderna e capitalista que se plasma nas esferas econômicas, tecnológicas, políticas e culturais do regime civilizatório hegemônico e dominante (WALTER et al., 2018). Para tanto, valoriza princípios morais e éticos que surgem a partir da integração de povos tradicionais e suas diversidades culturais, dos potenciais da natureza, da equidade e da democracia para sustentar e nortear a convivência e as práticas sociais dos sujeitos em consonância com os propósitos da sustentabilidade (LEFF, 2009). Destarte, a racionalidade ambiental se configura como uma visão epistemológica, na qual se desenvolvem as bases conceituais para abordar a realidade com sua complexidade e se articulam processos de diferentes ordens

da vida humana, como a social, cultural, política, econômica e, inclusive, a religiosa (LIMA, 2012).

Leff (2009, p. 364) destaca que a racionalidade ambiental não é tão somente a expressão de uma lógica ecológica, mas sim “um nó complexo de processos materiais e simbólicos, de raciocínios e significados construídos por um conjunto de práticas sociais e culturais, heterogêneas e diversas” que orientam ações na construção de sociedades mais sustentáveis. Portanto, práticas cotidianas, sentimentos, saberes empíricos, tradições, mitos e liturgias de diversos grupos sociais podem se apresentar como diferentes aspectos de uma racionalidade ambiental (LIMA, 2012). Isto, porque, todas essas matrizes são capazes de dar coerência e sentido a formas de organizações sociais, políticas e culturais que surgem na contramão de um modelo hegemônico, uniformizador, dicotômico e excludente (WALTER et al., 2018).

A preservação da base de recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos do planeta em direção a sustentabilidade ambiental é tida como um dos princípios da racionalidade ambiental (LEFF, 2007; NABAES; PEREIRA, 2016). Contudo, ela perpassa esta premissa tendo como objetivo consoante a preservação de patrimônios culturais da humanidade, incluindo o valor da diversidade biológica, a heterogeneidade cultural, à pluralidade sexual, étnica, religiosa e política, o direito dos povos tradicionais e a (re) significação e a (re) apropriação da natureza que – os – habitam (NABAES; PEREIRA, 2016).

Não obstante, de acordo com Walter et al., (2018), a racionalidade ambiental não surge apenas do ajuste de práticas sociais a partir de um viés ecológico, mas se constitui por processos de

produção de práticas socioculturais que problematizam a relação atomizada do ser humano para com a natureza. Para tanto, busca, incentiva e se alia a “novos sentidos da civilização, novas compreensões teóricas, novas formas de apropriação do mundo, ao sentido crítico, prospectivo, teórico e prático” (MALTA; PEREIRA, 2018, p. 10) em direção à sustentabilidade diante dos efeitos predatórios da racionalidade economicista e utilitarista moderna sobre o mundo natural.

A complexa natureza dos Orixás no Candomblé

Os Orixás podiam de novo conviver com os mortais. Os Orixás estavam felizes. Na roda das feitas, no corpo das *iaôs*, eles dançavam e dançavam e dançavam. Estava inventado o Candomblé (SILVA, 2013).

O Candomblé pode ser definido como uma religião afro-brasileira que surgiu diante da confluência cultural, religiosa e filosófica de diferentes nações africanas a partir do processo de diáspora nas terras de Vera-Cruz (ALVES-MARQUES, 2017). A principal interpretação etimológica de *Candomblé* explicita que a palavra se desdobra do termo *candombe* que, para povos da nação Iorubá, um dos maiores grupos étnico-linguísticos da África Ocidental com mais de 30 milhões de pessoas em toda a região, significava dança ou batuque (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009).

Portanto, o termo Candomblé, desde o período colonial e republicano brasileiro, era relativo às festividades, muitas vezes litúrgicas, dos negros escravizados em senzalas, terreiros ou quilombos (ALVES-MARQUES, 2017). Estas celebrações com cantigas, sons e devoção a divindades ancestrais, rememoravam a memória coletiva

africana na tentativa de resgatar e prosperar o universo referencial da mãe-África, perdido diante do martírio da escravidão (MARINS, 2018).

Kileuy e Oxaguiã (2009) apontam que estas divindades ancestrais, protagonistas nas práticas do Candomblé, são os Orixás. Estes são multidimensionais e qualquer tentativa de defini-los incorreria no risco de reduzir suas complexidades. Entretanto, se faz importante destacar que no Candomblé, estas divindades são consideradas seres que são ou representam a força e os poderes da natureza, podendo ser seus criadores e/ou seus administradores (KILEUY; OXAGUIÃ, 2009). Por este motivo, Barreto (2020), os denomina como os “senhores da natureza”.

De acordo com a crença Iorubá, o mundo começou no *Orun* (Céu infinito) quando o Deus supremo, Olodumaré, manifestou seu desejo de criar o *Aiyé* (Terra) por meio de uma grande massa de água (MARINS, 2018). A partir de seu sopro sagrado criou juntos seres imateriais para povoarem terra: os Orixás. Estes foram dotados de grandes poderes de domínio sobre forças e fenômenos da natureza, como os ventos, as águas, as montanhas, as florestas e o fogo (MARINS, 2018). De modo a citar alguns Orixás, a Oxalá foi incumbido o dever de criar o ser humano e, este assim o fez a partir da lama fornecida por Nanã, senhora das águas paradas. A Iansã foi concedido o poder dos ventos e tempestades; a Oxum foram outorgadas as águas continentais, aos cuidados de Oxóssi ficaram as florestas, a Xangô foi delegado o poder do fogo e da lava quente dos vulcões; a Iemanjá foram incumbidas as águas oceânicas¹;

¹ Para os Iorubás, Iemanjá é considerada como a divindade originalmente associada às águas continentais. De acordo com Zenicola (2018),

Oxumaré ficou responsável pelo arco-íris e a Ossain foi dada a energia sagrada de todas as folhas (KLIEMANN; GOUVEIA, 2018).

Mitologicamente, portanto, os Orixás são seres manifestados a partir de Olodumaré para representar e controlar o mundo natural do planeta. Para os adeptos da religião do Candomblé, é através deles que a natureza se revitaliza e regenera o seu equilíbrio e harmonia (LEITE; JORGE, 2014). Mas, além disto, os Orixás são também compreendidos como “princípios cosmológicos de explicação do mundo e dos fenômenos na natureza, inclusive a humana” (PARIZI, 2020, p. 35). Desta forma, tudo que for relativo ao homem e à natureza, há a presença de Orixá (PRANDI, 2001). Nos terreiros de Candomblé “o axé liberado pela natureza (os Orixás) fortalece o espírito para que atue em benefício da harmonia no mundo biofísico, e coloca o ser humano em conexão com as grandezas que ordenam a natureza” (FAVARO, 2018, p. 57). Essa é a maneira destas divindades mostrarem que cumprem a determinação de Olodumaré quando este distribuiu entre o panteão africano os compartimentos do Universo.

Na região Iorubá da África ancestral, eram muitos os Orixás cultuados regionalmente pelas comunidades que compunham este grupo etno-linguístico. Isto, porque, o culto a estas divindades era ligado à concepção de família ou nação, já que cada Orixá era compreendido como um ancestral divinizado com a missão de proteger

esta Orixá era celebrada como filha de Olocum, a divindade dos mares. Entretanto, a simbiose entre ambas as Orixás, somado a atribuição dos rios e cachoeiras a Oxum, foi enaltecida no processo da diáspora africana. Este fenômeno resultou na assimilação de Iemanjá aos atributos da água salgada, sendo o motivo para a sua associação aos mares no Candomblé.

uma cidade ou um país inteiro, como por exemplo, Xangô na região de Oyó, Iemanjá em Egbá e Oxum no território de Ijexá (LEITE; JORGE, 2014). Diante disto, além de serem ou representarem forças da natureza, Parizi (2020) discute que estas divindades são, de fato, ancestrais divinizados que em vida estabeleceram vínculos que lhe garantiam controle sobre certas forças naturais, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhes a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização. “Mais do que presente na natureza, os Orixás no panteão africano seriam transfigurações dos elementos naturais” (PARIZI, 2020, p. 42).

A partir desta concepção, comum em terreiros de Candomblé, o poder ou energia sagrada, ou seja, o axé do ancestral-Orixá teria, após sua morte, a faculdade de manifestar-se justamente nas forças e fenômenos da natureza que por si foram consagradas, como os rios, florestas e tempestades, ou ainda, as faculdades da vida e das sociedades humanas em que tiveram sucesso na terra, como a pesca, a música, o comércio e a agricultura (PARIZI, 2020). Isto, provavelmente, se deu pela existência de traços das culturas africanas que vieram para o Brasil, onde os povos mantinham uma relação de adoração e sobrevivência com a floresta, com a terra e com a metalúrgica.

Houve um longo e dinâmico processo cultural de antropomorfização da natureza, em seus Orixás. A natureza tomou um rosto pelos Orixás, e os Orixás, ganhando dos homens sua forma, deram aos humanos sua identidade, pela identificação e pelas

diferenças. Penso que o Iorubá, enxerga nos Orixás a sua imagem humana divinizada e nos homens a predestinação de Orixá (...) mantendo as referências às suas origens naturais, o poder dos Orixás especializou-se em aspectos culturais e foi adaptado às necessidades individuais e grupais de seus devotos (SOUZA, 2013, p. 94).

Os Orixás, portanto, habitam pontos e forças da natureza considerados de seus domínios, o que leva os praticantes do Candomblé a pressuporem que se existe um “céu”, ele está aqui mesmo na terra (PRANDI, 2001). Diante disto, a devoção a estas divindades no Candomblé é percebida por alguns autores como parte de um culto cosmobiológico, pois concebem o universo (*cosmos*) a partir de uma multiplicidade organizada de seres vivos (*bios*), colocando as divindades sagradas dentro do mundo físico povoado por seres humanos (MARQUES, 2018; PARIZI, 2020).

Aspectos da racionalidade ambiental presentes no culto aos Orixás do Candomblé

No âmbito da ecologia e também das ciências sociais, a temática referente à perda da dimensão do sagrado associado à natureza tem sido discutida. Para alguns pesquisadores, a recuperação de valores que conflua em um sentimento de reverência ao mundo natural se constitui como uma das vias possíveis para a mudança da sociedade do consumo predatório para uma sociedade sustentável (BOAES; OLIVEIRA, 2011; MOURA-CARVALHO; STEIL, 2008; PONZILACQUA, 2020). De acordo com Pádua (1992, p. 60), por exemplo, uma ética ambiental necessita:

Radicar-se num Ser superior aos homens, um Ser que se identifique

com essa ordem cósmica, seja qual for o nome que se lhe dê. Quer se trate de uma natureza divinizada, de um novo mito, Gaia ou o próprio Deus, a presença desse Ser é fundamental para radicar essa nova ética.

Na visão do autor, a ecologia e espiritualidade podem ser intimamente relacionadas, uma vez que, por meio de uma perspectiva ecológica e religiosa, o sujeito torna-se capaz de perceber que a natureza possui um movimento unificador e que este movimento sendo espiritual, faz parte do ser humano.

Neste contexto e diante do fato que o panteão dos Orixás no Candomblé se constitui a partir da união de ancestrais africanos que ora são guardiões da natureza e ora são a própria natureza, é cabível dizer que no culto a estas divindades “há a construção de significados e ações que possuem como máxima moral e ética o princípio de que tudo o que se faça para e pela natureza se estará fazendo para e pelos Orixás” (MARQUES, 2018, p. 08). Por certo, segundo Barreto (2020, p. 56), “qualquer ato de violência à natureza, é violência aos Orixás”. Esta atribuição se baseia na inegável importância que assumem os elementos naturais dentro do pensamento e das práticas religiosas dos cultos aos Orixás no Candomblé, já que estas são marcadas por liturgias que buscam na natureza partes integrantes de seu universo, dos rituais e da própria identidade dos ancestrais africanos. Isto gera um sentimento de respeito, interdependência e integração de seus adeptos com as forças e fenômenos naturais (BARRETO, 2020).

Se no início do manuscrito foi citada a intenção de indicar aspectos de uma racionalidade ambiental ancorada no culto aos Orixás do Candomblé, eis a primeira indicativa clara: o resgate da

indissociável relação dos seres humanos para com a natureza. Isso não significa que, ainda que reverenciem as forças da natureza, certos adeptos do Candomblé não compartilham da ideologia de que a natureza é apenas união de objetos inanimados colocados à disposição dos homens, inclusive, para atividades de lazer. Entretanto, o culto aos Orixás nesta religião, cujas heranças transmitem a reverência à natureza e aos ancestrais africanos, pode permitir aflorar nos sujeitos a percepção de que a natureza não é um produto subjugado ao ser humano, mas sim parte integrante de seu ser e de sua ancestralidade (BERKENBROCK, 2017).

A partir de uma pesquisa etnográfica, Boaes e Oliveira (2011, p. 09) destacam que nos devotos do Candomblé “parece ser característica uma visão de natureza que não se estrutura pelos princípios da razão ocidental, e que não é antropocêntrica”. De acordo com os autores, é comum para os povos de santo² a convicção da existência de uma natureza viva e sagrada, julgada como manifestação de uma divindade, sendo o ser humano mais um elemento indissociável da complexidade do sistema cósmico. O relato de um participante do estudo referido acima aponta justamente como o culto aos Orixás faz emergir uma compreensão de indissociabilidade entre o praticante do Candomblé e a natureza por meio do cosmos (enquanto mundo organizado) sacralizado da religião:

Eu nunca duvidei da nossa relação com a natureza, minha mãe já falava: olhe meu filho, observe sempre o que te envolve, preserve a natureza, ela é seu Orixá. E é isso que eu falo também, Orixá é

natureza, é planta, é folha, são os rios, é o mar e tudo que tá no meio ambiente. Nossa religião sempre cultuou a natureza, ela precisa desse meio ambiente para existir. Sem poder adorar essa natureza, não poderei ter axé na minha casa (BOAES; OLIVEIRA 2011, p. 09).

Percebe-se, portanto, que a interpretação de crenças e valores nesta religião se dá na relação do homem com a sua ancestralidade, seus mitos e dogmas, por meio dos elementos naturais como as águas, o fogo, a terra, os minerais, as plantas e as florestas, ou seja, a força da vida materializada pelos Orixás nos ambientes terrestres (PARIZI, 2020). É comum nos terreiros de Candomblé, por exemplo, o ditado iorubá *Ara Wa R'ómi Wà* (graças às suas águas temos vida) para a Orixá Oxum, senhora das águas doces. Isto, porque, segundo Castor (2018), a natureza antropomorfizada nos Orixás é o ancestral mais próximo a ser cultuado pelos praticantes do Candomblé. Por meio destas divindades, o mundo natural é vivo e vivido em plenitude pelas comunidades de santo a partir da recuperação da *physis* (natureza), no que tange a ressignificação do mundo natural pelo ser humano, e do *oikos* (casa, família) no que diz respeito a um universo coabitado, lugar da coexistência, fonte de saber, palco da alteridade e potencial de vida (NABAES; PEREIRA, 2016).

Outro aspecto claro de uma racionalidade ambiental que emerge do culto aos Orixás no Candomblé é contextualizado por Boaes e Oliveira (2011). Para os autores, o fato dos candomblecistas perceberem a natureza como um elemento central em suas maneiras de conceber o divino pode contribuir com a construção de sociedades mais ambientalmente sustentáveis. Isto, porque, suas práticas

² Povos de santos é como são nomeadas as comunidades de religiões de matrizes africanas no Brasil onde são cultuadas divindades como os Orixás, Voduns e Inquices.

culturais/religiosas pressupõem e necessidade de conservação da natureza diante de um cosmos sacralizado, não sendo convenientes com a exploração predatória da natureza causada pelas sociedades ocidentais.

Diante disto, é comum que impere nos terreiros de Candomblé uma sensibilidade ecológica baseada em práticas e cosmovisões tradicionais africanas que resultam de um comportamento mais harmônico e sustentável com a natureza, já que os Orixás constituem e se constituem no mundo natural (SILVA, 2009). Neste sentido, mesmo que não intencionalmente, emerge do Candomblé uma racionalidade ambiental que por desestruturar em alguma dimensão o eixo vertical que colocou os seres humanos em litígio com a natureza, fomenta práticas culturais que rompem com o condicionamento superficial das relações das sociedades com o mundo natural (BOAES; OLIVEIRA, 2011).

É importante perceber que o Candomblé na diligência de desviar das lógicas capitalistas, progressistas e consumistas que historicamente vêm impondo uma concepção de mundo, de cultura e de natureza que perpetua uma lógica socialmente competitiva, conflituosa e injusta, reivindica espaços de autonomia para reapropriar-se de patrimônios culturais que integram os seres humanos entre si e para com a natureza a partir de sentidos profundos e fraternos de respeito a existências de todos os seres do universo, sejam eles vivos, não vivos, humanos ou não humanos (RODRIGUES, 2021; SANTOS, 2009)

Neste contexto, o Filósofo Jean-Bosco Kakozi Kashindi aponta que esta percepção da natureza a partir das articulações de seres humanos e não humanos se constitui como princípio

ético africano por sumarizar valores que buscam fortalecer, cuidar, gerar e transmitir a vida a partir da relação com os outros seres (KASHINDI, 2017). Para o autor, ao contrário do paradigma ocidental, a cosmovisão tradicional africana é biocêntrica, compreendendo que todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência. Assim, os humanos vivem sempre se (inter) relacionando com outras entidades cósmicas não humanas que, no contexto do Candomblé, são consideradas como Orixás. Não obstante, de acordo com Murove (2009, p. 315), a “ética tradicional africana reconhece o vínculo existencial entre as pessoas e o meio ambiente, a dívida que cada geração deve aos seus antepassados e sua consequente responsabilidade para com o seu legado”.

Portanto, a racionalidade ambiental que aflora nos povos de santo assume uma dimensão ontológica que presume uma mudança nas formas de consciência e das concretudes das formas de ser-no-mundo dos praticantes desta religião (BERKENBROCK, 2017). Segundo Carvalho e Steil (2008), religiosamente orientados, os praticantes do candomblé fazem do ideal de uma relação imediata com a natureza o caminho para a integração pessoal (*religare*) com uma totalidade. Desta forma, sinaliza a possibilidade de restaurar a organicidade dos seres humanos entre si e destes para com a natureza, “transcendendo o predomínio do uso instrumental da razão ao compreender o ambiente a partir de uma maior complexidade” (NABAES; PEREIRA, 2016, p. 8).

Considerações finais

De acordo com o exposto, concluímos que o Candomblé por seu sentido de sacralidade associado à natureza possui aspectos de uma racionalidade ambiental capazes de resgatar valores morais e éticos perdidos historicamente na relação do ser humano com o mundo natural. O principal aspecto neste sentido emerge em virtude da superação da lógica antropocêntrica que considera a natureza exterior ao ser humano, como se esta de nada lhe aferisse. Em especial, o culto aos Orixás, divindades que são simultaneamente natureza e cultura nas práticas litúrgicas desta religião, incorpora nos sujeitos valores culturais atribuídos à natureza e a incomparabilidade dos processos ecológicos dos quais dependem a resiliência, o equilíbrio e a produtividade dos ecossistemas complexos e da biodiversidade.

Por meio deste manuscrito, foi possível perceber que existe uma racionalidade ambiental intrínseca na devoção aos Orixás. Esta racionalidade se inscreve nos princípios, valores e processos que constituem a memória ancestral africana no confronto a exclusão da natureza, da cultura e da subjetividade do núcleo duro da inteligibilidade cartesiana e capitalista. Neste cenário, preconiza-se a natureza não como objeto de trabalho, matéria-prima ou meio de produção, mas como meio de conservação de princípios ecológicos, culturais e filosóficos de comunidades tradicionais que não compreendiam o ambiente de forma a atomizar o ser humano do mundo natural que compõe seu cosmos sacralizado.

Do culto aos Orixás no Candomblé, portanto, emerge uma racionalidade ambiental que é anti-hegemônica, sustentada na inter-relação dos humanos, divindades, animais,

minerais, vegetais, fungos, fenômenos da natureza diversos, que demonstram uma base ontológica, epistemológica e cultural, divergente àquela que constitui a racionalidade cartesiana e capitalista das sociedades ocidentais.

Referências

- ALVES-MARQUES, F. C. Algumas considerações sobre Umbanda e Candomblé no Brasil. **Revista Contemplação**, v. 15, n. 1, p. 82-99, 2017.
- BARRETO, J. J. **Candomblé da Bahia: Resistência e identidade de um povo de fé**. Rio de Janeiro: Solisluna, 2020.
- BASTOS, V. P.; SILVA, M. T. Questão ambiental, racismo ambiental e covid-19: velhos e novos desafios. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, v. 7, n. 1, p. 190-208, 2021.
- BERKENBROCK, V. J. O conceito de ética no Candomblé. **Horizonte**, v. 15, n. 47, p. 905-928, 2017.
- BOAES, A. G.; OLIVEIRA, R. S. Religiões Afro-Brasileiras e ética ecológica: ensaiando aproximações. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 3, n. 9, p. 1-29, 2011.
- CAPUTO, S. G.; SANT'ANNA, C. "Sou *ekedi* Lara de Oxóssi. Meu nome sou eu e Oxóssi. Não coloca meu nome sozinho não": Notas sobre fotografia e ética nas pesquisas com crianças. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 307-326, 2020.
- CASTOR, K. G. **Gira Mundos: a Educação Ambiental no mito e o mito na Educação Ambiental**. Espírito Santo: EDUFES, 2018.
- DIEGUES, A. C. Conhecimento, práticas tradicionais e etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 116-126, 2019.
- FELÍCIO, M. J. Apontamentos de Epistemologia Ambiental. **Geoambiente Online**, v. 1, n. 21, p. 184-204, 2013.
- KASHINDI, J. K. Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva. **Cadernos IHUideias**, v. 15, n. 254, p. 1-24, 2017.
- KILEUY, O.; OXAGUIÃ, V. **O Candomblé bem explicado (Nações Bantu, Iorubá e Fon)**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

- KLIEMANN, G.; GOUVEIA, C. S. **Deuses que Dançam**. Curitiba: UFPR, 2018.
- LEFF, E. **Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Brasileira, 2006.
- LEFF, E. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogía ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 1, n. 16, p. 11-19, 2007.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.
- LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2019.
- LEITE, G. O. **Jorge Amado da ancestralidade à representação dos Orixás**. Salvador: EDUNEB, 2014.
- LIMA, J. E. S. A Racionalidade e o Debate Ambiental Contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinares em Ciências Humanas**, v. 13, n. 102, p. 100-118, 2012.
- MALTA, M. M.; PEREIRA, V. A. Racionalidade Ambiental: possibilidades para a Educação Profissional. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 75-87, 2018.
- MARÉS, C. De como a natureza foi expulsa da modernidade. **Doutrina: Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 3, p. 15-40, 2017.
- MARINS, L. L. **Obatalá e a criação do mundo Iorubá**. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2018.
- MARQUES, L. Fazendo Orixás: sobre o modo de existência das coisas no Candomblé. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 2, p. 221-243, 2018.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MOURA-CARVALHO, I. C.; STEIL, C. A. A sacralização da natureza e a “naturalização” do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 289-305, 2008.
- MUROVE, M. F. **An African environmental ethic based on the concepts of ukama and ubuntu**. Pietermaritzburg: University of Kwazulu-Natal Press, 2009.
- NABAES, T. D. O.; PEREIRA, V. A. Ontologia Ambiental: o reposicionamento do Ser no horizonte da Racionalidade Ambiental. **Educar em Revista**, v. 1, n. 61, p. 189-204, 2016.
- PÁDUA, J. A. **Valores pós-materialistas e movimentos sociais: o ecologismo como movimento histórico**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- PARIZI, V. G. **O Livro dos Orixás**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- PONZILACQUA, M. O sagrado, povos originários e direitos socioambientais. **Religare**, v. 17, n. 1, p. 8-40, 2020.
- PRANDI, R. **Orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, O. S. O Candomblé sob a mira do racismo e do terrorismo religioso: categorias e identidades reinventadas. **Revista Docência e Ciberultura**, v. 5, n. 2, p. 51-72, 2021.
- SANTOS, E. F. O. **O Poder dos Candomblés: Perseguição e Resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SILVA, D. M. DA; ARAÚJO, D. O. H. DE; SILVA, M. F. L. As determinações epistemológicas da Justiça ambiental no Âmbito da complexidade dos valores do Meio Ambiente. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 36, n. 2, p. 391-408, 2019.
- SILVA, J. P. Práticas Religiosas e Consciência Ecológica nas Religiões Afro-pessoenses. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 14, p. 174-190, 2009.
- SILVA, F. T. Candomblé Iorubá: a relação do homem com seu Orixá pessoal. **Último Andar**, v. 21, n. 1, p. 48-73, 2013.
- WALTER, T.; CALDASSO L. P.; FISCHER, J.; ALMEIDA, I. F. Por uma racionalidade ambiental: reflexões acerca dos regramentos propostos para pesca da tainha no estuário da Lagoa dos Patos/RS. **Ambiente & Educação**, v. 23, n. 1, p. 31-53, 2018.
- ZENICOLA, D. M. **Performance e ritual: A dança das Iabás no xirê**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2018.

*Recebido em 2021-12-30
Publicado em 2022-05-01*